

Índice

5. Gerenciamento de riscos e controles internos

5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos	1
5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado	2
5.3 - Descrição - Controles Internos	4
5.4 - Alterações significativas	9
5.5 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos	10

10. Comentários dos diretores

10.1 - Condições financeiras/patrimoniais	11
10.2 - Resultado operacional e financeiro	31
10.3 - Efeitos relevantes nas DFs	35
10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases	36
10.5 - Políticas contábeis críticas	41
10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs	44
10.7 - Coment. s/itens não evidenciados	45
10.8 - Plano de Negócios	46
10.9 - Outros fatores com influência relevante	50

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos**5.1 - Em relação aos riscos indicados no item 4.1, informar:**

a. se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento, destacando, em caso afirmativo, o órgão que aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política

A Companhia não possui política de gerenciamento de risco formalizada, todavia, adota em suas atividades ações para identificar, monitorar e tratar, quando necessário, os riscos. Na busca pela melhoria das suas práticas de Governança, tem como objetivo a criação da política, tal ação encontra-se em fase de estudos.

b. os objetivos e estratégias da política de gerenciamento, quando houver, incluindo:

A Companhia não possui política de gerenciamento de risco formalizada.

i. riscos para os quais se busca proteção.

ii. os instrumentos utilizados para proteção.

iii. a estrutura organizacional de gerenciamento de riscos.

A Companhia possui o Departamento de Auditoria Interna subordinado diretamente ao seu principal executivo e uma área específica de controladoria, que responde à Diretoria Financeira e de Relações com Investidores. Conta ainda com Conselho Fiscal de funcionamento permanente. Além disso, está sob a supervisão de órgãos de fiscalização e controle externo, entre os quais o Tribunal de Contas do Estado – TCE e a Secretaria de Estado da Fazenda, por meio do Departamento de Controle e Avaliação – DCA, da Corregedoria Geral da Administração – CGA, através da Auditoria Geral, e da Assembleia Legislativa do Estado, por meio da Comissão de Fiscalização e Controle.

c. a adequação da estrutura operacional e de controles internos para verificação da efetividade da política adotada.

A Companhia entende que a estrutura organizacional é adequada e permite o bom desempenho e a conformidade do ambiente controlado. Conforme mencionado, apesar da Companhia não possuir uma política e uma estrutura formal de gerenciamento de riscos, o Departamento de Auditoria Interna e a área de Controladoria desempenham, no dia a dia, esse papel. Para tanto, se valem, principalmente, do sistema integrado SAP/R3, que por meio de parametrização, permite, com adequado grau de confiabilidade, manter o controle de gastos, investimentos, empréstimos e financiamentos, ativo imobilizado, registro de receitas do seu faturamento e a adequada aplicação das normas contábeis emanadas dos órgãos reguladores. Ademais, a Companhia se vale da Auditoria Interna para avaliar processos e controles internos existentes, assim como recomendar novas rotinas para melhorar a precisão e confiabilidade das informações e eliminar ou mitigar riscos.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado**5.2. Em relação aos riscos de mercado indicados no item 4.2, informar:**

(a) se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos de mercado, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política.

A Companhia não possui política de gerenciamento de risco formalizada, todavia, adota em suas atividades ações para identificar, monitorar e tratar, quando necessário, os riscos. Na busca pela melhoria das suas práticas de Governança, tem como objetivo a criação da política, tal ação encontra-se em fase de estudos.

(b) os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos de mercado, quando houver, incluindo

Mesmo não possuindo uma política, a Empresa identifica no seu mercado de atuação seus riscos e toma ações para eliminar ou diminuí-los.

A receita da Companhia é proveniente da manutenção da disponibilidade de suas usinas para a geração de energia elétrica, a qual foi negociada por meio de cotas com concessionárias de serviços públicos de distribuição de energia elétrica.

Assim, a empresa identifica os principais fatores de risco que afetam seus negócios como sendo:

i. **os riscos de mercado para os quais se busca proteção**

Risco de Crédito

Exposição a riscos de taxas de juros

Risco de liquidez

ii. **estratégia de proteção patrimonial (hedge).**

A Companhia avalia periodicamente o grau de exposição aos riscos e a necessidade de proteção. Atualmente julga não necessitar de proteção patrimonial.

iii. **instrumentos utilizados para proteção patrimonial (hedge).**

A Companhia avalia periodicamente o grau de exposição aos riscos e a necessidade de proteção. Atualmente julga não necessitar de proteção, por isso não possui instrumentos para proteção patrimonial.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado**iv. parâmetros utilizados para o gerenciamento desses riscos.**

A Companhia realiza, periodicamente, análise de sensibilidade dos índices que utiliza, medindo o impacto desses no seu resultado.

v. se o emissor opera instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (hedge) e quais são esses objetivos.

A Companhia avalia que o grau de exposição é baixo, assim, atualmente o emissor não opera instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (hedge).

vi. estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos.

A Companhia, além de possuir um Departamento de Auditoria Interna subordinado diretamente ao seu principal executivo e de área específica de controladoria, conta com o Conselho Fiscal de funcionamento permanente. Além disso, está sob a supervisão de órgãos de fiscalização e controle externo, entre os quais o Tribunal de Contas do Estado – TCE e a Secretaria de Estado da Fazenda, por meio do Departamento de Controle e Avaliação – DCA, da Corregedoria Geral da Administração – CGA, através da Auditoria Geral, e da Assembleia Legislativa do Estado através da Comissão de Fiscalização e Controle.

c. adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada.

A Companhia não possui a referida política, todavia, adota em suas atividades ações para identificar, monitorar e tratar, quando necessário, os riscos. Na busca pela melhoria das suas práticas de Governança, tem como objetivo a criação da política.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos**5.3 - Em relação aos controles adotados pelo emissor para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis, indicar:****a. as principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las.**

A EMAE, por meio dos documentos governança e gestão estabelece as diretrizes para a realização dos seus processos. Estes documentos estabelecem valores, alçada e competência para execução das atividades, bem como, padroniza e estabelece regras para as atividades.

O controle das ações na Companhia é realizado por meio do sistema SAP R/3 que é uma ferramenta parametrizada, que reflete as regras de negócio estabelecidas pelos documentos de gestão e governança. No SAP/R3 estão estabelecidas as segregações de funções e níveis de aprovações, o orçamento previsto e realizado, previsões de dispêndio, o fluxo de caixa, assim, esta ferramenta permite o controle dos ciclos econômico, operacional e financeiro da EMAE com adequado grau de confiabilidade e a adequada aplicação das normas contábeis emanadas dos órgãos reguladores CVM e ANEEL.

Para avaliar e aprimorar processos e controles internos existentes, assim como estabelecer novas rotinas, com vistas a reduzir prazos, melhorar a precisão e confiabilidade das informações e eliminar ou mitigar riscos, a EMAE mantém, em sua estrutura organizacional o Departamento de Auditoria Interna e usualmente designa comitês multidisciplinares para esta finalidade.

b. as estruturas organizacionais envolvidas.

A EMAE não possui uma estrutura dedicada exclusivamente aos controles, entretanto, esta atividade está segregada em algumas áreas da Companhia.

O Departamento de Finanças, Controladoria e Tarifas, por meio da Coordenação de Planejamento Financeiro e Gestão Orçamentária, é responsável pelo controle financeiro da Companhia, enquanto a Coordenação de Contabilidade, Custos e Tarifas, também subordinada ao Departamento de Finanças, Controladoria e Tarifas controla a situação econômica da EMAE, além de garantir a observação às normas contábeis aplicáveis.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

O Departamento de Auditoria Interna, que se reporta à Presidência, é responsável pela verificação da consistência das informações e processos realizados na Companhia, além de observar o atendimento aos instrumentos de gestão e governança.

c. se e como a eficiência dos controles internos é supervisionada pela administração do emissor, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento.

O resultado de todos os trabalhos do plano de auditoria interna previstos no exercício é reportado, por meio de relatório, ao Diretor Presidente e posteriormente aos demais Diretores e Gerentes envolvidos. Todas as deficiências possuem plano de ação, responsável e data de implantação, que são acompanhados em bases mensais pela área Auditoria Interna. Adicionalmente, qualquer exceção observada nas atividades que possa impactar as demonstrações financeiras é reportada tempestivamente para adoção das ações corretivas.

d. deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado ao emissor pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente.

No curso dos trabalhos de auditoria das demonstrações contábeis, os auditores independentes apresentam a carta de controles internos na qual são apresentadas deficiências ou sugestões para melhorias identificadas. Ressaltamos que o parecer dos auditores não contém nenhuma ressalva ou comentário decorrente das deficiências nos controles internos.

Nos trabalhos de auditoria das demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2015, foram identificados os seguintes pontos:

- Inexistência de controle de identificação de partes relacionadas
Comentário da Administração: A Companhia não possui volume relevante de transações com partes relacionadas, possibilitando dessa forma sua identificação para fins de divulgação nas

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

demonstrações contábeis. Como forma de aprimorar os controles internos, será avaliada mudança no procedimento de cadastro de fornecedores e clientes, de forma a possibilitar a identificação de partes relacionadas e possibilitar o registro em contas específicas de partes relacionadas.

- Reconhecimento de receita financeira de mútuo com a controlada Pirapora

Comentário da Administração: O valor da receita financeira não reconhecida em 31 de dezembro de 2015 é imaterial. A Companhia irá incluir o registro dessa receita financeira em seu checklist de fechamento mensal, de forma assegurar seu adequado registro.

- Revisão das demonstrações financeiras

Comentário da Administração: As Demonstrações contábeis são revisadas pela Administração da Companhia antes de sua emissão. Entendemos que a existência de diversas minutas geradas é parte do processo dessas revisões. Como forma de melhorar o processo de revisão, a Companhia pretende implantar um Comitê de Divulgação, o qual será responsável pelas informações divulgadas e a revisão final das Demonstrações Contábeis.

Em relação ao checklist de divulgação, adotaremos o trabalho elaborado e divulgado pela própria KPMG, por meio do seu Departamento de Práticas Profissionais - DPP.

- Memorando sobre assuntos complexos

Comentário da Administração: A Companhia passou a elaborar memorandos para documentar a análise de assuntos relevantes ocorridos durante o exercício.

- Lançamentos contábeis manuais

Comentário da Administração: O Coordenador de Contabilidade, em bases trimestrais, extrai relatório com todos os lançamentos manuais realizados no período e efetua a revisão desses lançamentos. Entendemos que esse é um procedimento de revisão de forma a assegurar a adequação dos lançamentos contábeis. Como forma de aprimorar esse procedimento, sua periodicidade passará a ser mensal e esse documento contendo evidência de revisão será mantido em arquivo.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

- Controle sobre Ordem de Imobilização (ODI)
Comentário da Administração: No processo de unitização das obras, ou seja, quando de sua transferência do imobilizado em curso para o imobilizado em serviço, a área de Contabilidade faz uma revisão criteriosa do Relatório de Unidade de Cadastro (RUC). O RUC contém todo o histórico da obra, os gastos realizados com materiais, serviços de terceiros e mão de obra aplicada. Essa revisão é feita de forma a assegurar que os valores registrados nas ODIs estejam de acordo com as normas e regras estabelecidas pela ANEEL. Para cada ODI é elaborado um dossiê, que servirá de base para ser apresentado à ANEEL, quando requerido, e suportar os registros contábeis.

Nos trabalhos de auditoria das demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2014, os auditores externos apresentaram recomendações para aperfeiçoamento dos controles internos e procedimentos contábeis, as principais são:

- Implementação de Controles Internos de Análise das Práticas Contábeis e Elaboração de Memorandos Específicos para Tratamentos Contábeis Complexos.
Comentário da Administração: A Companhia passou a elaborar memorandos para documentar a análise de assuntos relevantes ocorridos durante o exercício.
- Utilização de check list para assegurar que todas as divulgações requeridas estão sendo implementadas.
Comentário da Administração: com a finalidade de assegurar que as demonstrações contábeis elaboradas atendem às normas emitidas pelo CPC, a Companhia está utilizando um checklist para documentar essa revisão.
- Implementação de controle de revisão e aprovação de lançamentos manuais por meio de limite de alçada.
Comentário da Administração: esse procedimento foi implantado durante o ano de 2015.
- Implementação de controles de monitoramento das ordens de investimentos, bem como de procedimentos de revisão das capitalizações de material e mão de obra.
Comentário da Administração: a Administração está trabalhando na melhoria dos controles sobre as ODIs, através a revisão da respectiva norma interna, a qual deve estar completa no segundo

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

trimestre de 2016. Durante o ano de 2015 todas as áreas da Companhia, por meio da Contabilidade, receberam orientação sobre a importância das ODIs, desde suas aberturas, registros e documentação suporte.

e. comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas.

A partir do relatório de recomendações sobre os controles internos emitido pelo auditor independente para o exercício de 2015, a diretoria da empresa decidiu implementar a prática de discutir cada apontamento com a área responsável pelo assunto, visando planejar e adotar as medidas corretivas necessárias para solução da deficiência.

A diretoria definiu como meta para as correções dos itens constantes nos apontamentos a data limite de 30 de setembro do exercício subsequente. Para os casos em que, durante a elaboração do plano de ação para correções, ficar evidenciado que o prazo de 30 de setembro não seja suficiente para a implementação da solução, a área responsável pela correção deve elaborar um cronograma detalhado com a definição dos prazos necessários para realização de cada etapa.

Outra medida adotada é a efetiva inserção da Auditoria Interna, vinculada a Presidência, no acompanhamento das medidas propostas, reportando à diretoria os resultados apurados.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Alterações significativas

5.4 - Em relação ao último exercício social, houve alterações significativas nos principais riscos a que o emissor está exposto ou na política de gerenciamento de riscos adotada, comentando, ainda, eventuais expectativas de redução ou aumento na exposição do emissor a tais riscos.

Não houve alteração significativa nos principais riscos aos quais a EMAE está exposta, nem tampouco há expectativa de mudança de cenário quanto aos riscos aos quais a Empresa está exposta.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.5 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e

5.5. - Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes.

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**10. Comentários dos diretores****10.1 a. condições financeiras e patrimoniais gerais**

A EMAE na condição de concessionária de geração do setor elétrico, detém a concessão de três usinas hidrelétricas (UHEs Henry Borden, Porto Góes e Rasgão) sob o aditivo ao contrato nº 002/2004, com vigência até 2042. O referido contrato é regulamentado pela Lei nº 12.876/2013 (conversão da Medida Provisória nº 579/2012), que determinou que a receita da Companhia fosse estabelecida por tarifa regulada, remunerando a gestão dos ativos vinculados por meio da disponibilização de toda sua energia e potência às distribuidoras no sistema de cotas.

A Companhia, além das receitas operacionais obtidas como concessionária de geração de energia elétrica, recebe por prestação de serviços de operação e manutenção referente ao complexo termoelétrico formado pela UTEs Piratininga e Fernando Gasparian, da Baixada Santista Energia – BSE, bem como da Estação Elevatória Eduardo Yassuda, da Prefeitura Municipal de São Paulo. A EMAE também recebe pelo arrendamento dos ativos da UTE Piratininga à BSE, registrada nos demonstrativos financeiros como arrendamento mercantil financeiro de acordo com o pronunciamento técnico CPC 06.

Em 2015, a EMAE, no consolidado, encerrou o exercício com disponibilidades de caixa de R\$ 50,1 milhões e R\$ 21,5 milhões em 2014, aumento de 33,0%. A Companhia encerrou o exercício com um capital circulante [(Ativo Circ.) – (Passivo Circ.)], de R\$ 113,5 milhões. Esse indicador vem apresentando, nos exercícios anteriores, posição igualmente consistente (R\$ 116,5 milhões em 2014 e R\$ 151,8 milhões em 2013).

Os principais indicadores financeiros e patrimoniais da Companhia têm se mantido em níveis consistentes nos três últimos exercícios conforme abaixo:

LIQUIDEZ

	2015	2014	2013
Liquidez Corrente – LC			
LC = (Ativo Circulante) / (Passivo Circulante)	2,62	2,43	2,64
Liquidez Seca – LS			
LS = (Ativo Circulante-Estoque) / (Passivo Circulante)	2,58	2,40	2,61
Liquidez Imediata – LI	0,71	0,26	0,87

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

LI = (Disponível) / (Passivo Circulante)

Liquidez Geral – LG	3,25	2,65	3,96
LG = (Ativo Circulante + RLP) / (Exigível LP)			

Os índices de liquidez corrente e liquidez seca apresentam-se estáveis, conforme se observa na análise dos exercícios de 2013 a 2015.

O índice de liquidez imediata apresenta elevação em 2015, quando comparado ao exercício anterior. O aumento se deu em função da liberação, em janeiro de 2015, de uma parcela do recebível referente ao contrato de arrendamento da Usina Piratininga. Esse recebível havia sido retido, em dezembro de 2014, por força do contrato de financiamento concedido à subsidiária Pirapora Energia S.A. pelo BNDES, evidenciado pela elevação do saldo do item “Cauções e depósitos vinculados” naquele exercício.

O índice de liquidez geral, em 2015, apresenta-se em patamar superior ao do exercício anterior devido, principalmente, à significativa redução da obrigação junto à “entidade de previdência a empregados”, pela absorção do superávit atuarial verificado no exercício de 2015 e, também, pela redução nas “provisões para contingências”, devido a acordo homologado na justiça do trabalho que possibilitou a redução de ação coletiva referente a pleito de valores a título de periculosidade.

ENDIVIDAMENTO

	2015	2014	2013
Endividamento Geral - EG	0,24	0,30	0,25
EG = (Exigível LP) / (Ativo Total)			
Participação de Capital de Terceiros – PCT	44,37%	60,78%	50,34%
PCT = (Capitais Terceiros) / PL			
Composição do Endividamento – CE	20,81%	19,69%	24,50%
CE = (Passivo Circulante) / (Capitais Terceiros)			

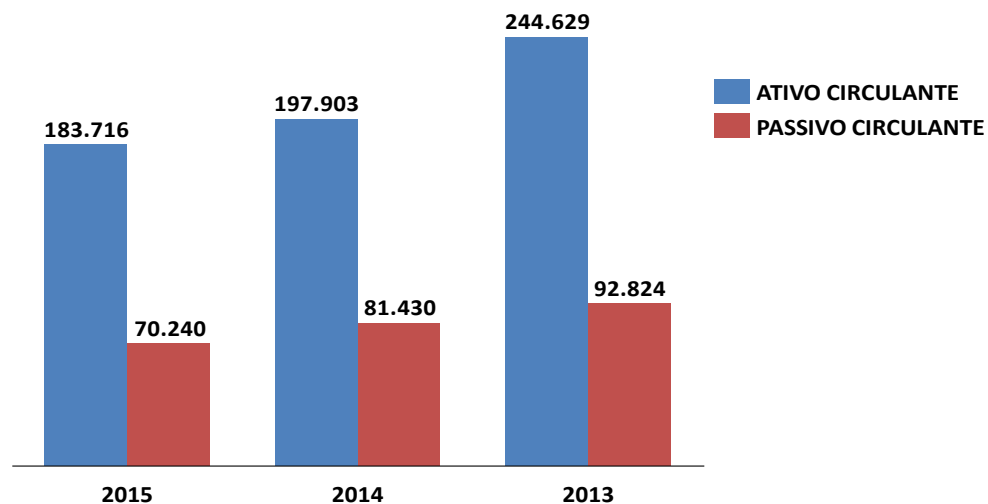
O índice de Endividamento Geral vem se mantendo abaixo de 0,5, demonstrando que a dependência de capitais de terceiros da Companhia se encontra em níveis sob controle.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

A Companhia, nos três últimos exercícios, tem demonstrado condições financeiras e patrimoniais suficientes para desenvolver suas atividades, assim como para cumprir suas obrigações.

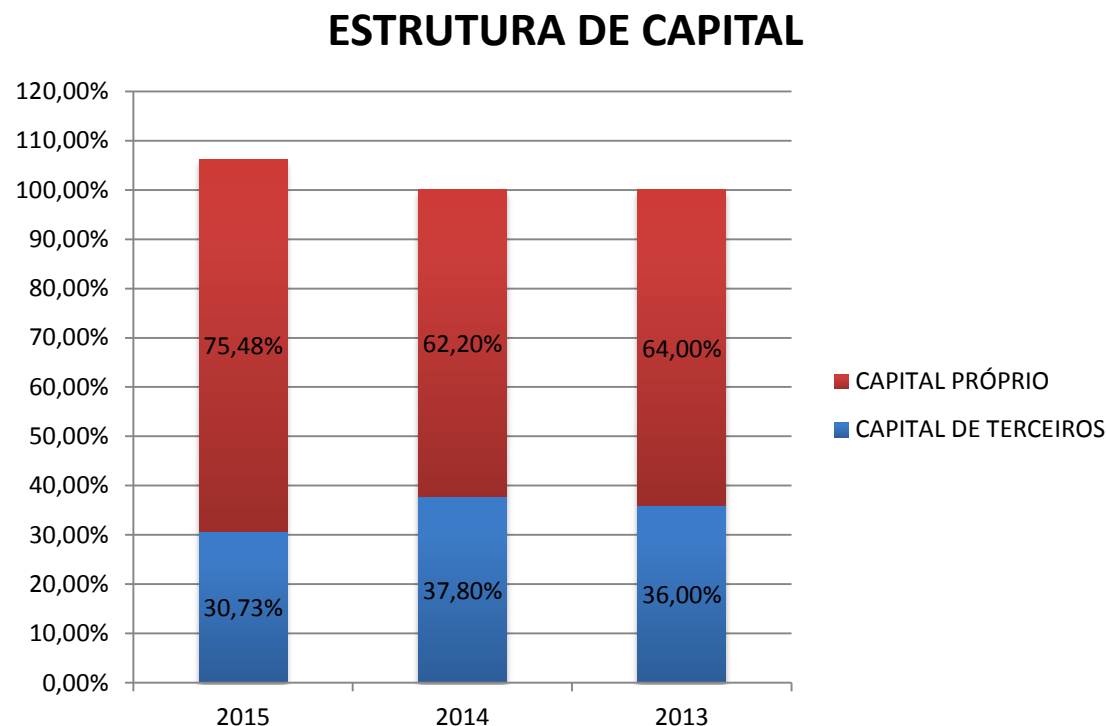
Analizando os números do ativo circulante e do passivo circulante fica evidenciado que a Companhia possui capital de giro que permite que ela tenha liquidez e recursos financeiros suficientes para cobrir seus investimentos planejados, suas despesas, suas dívidas e outros valores. No entanto, não há como garantir que tal situação permanecerá inalterada.

Consolidado R\$ Mil



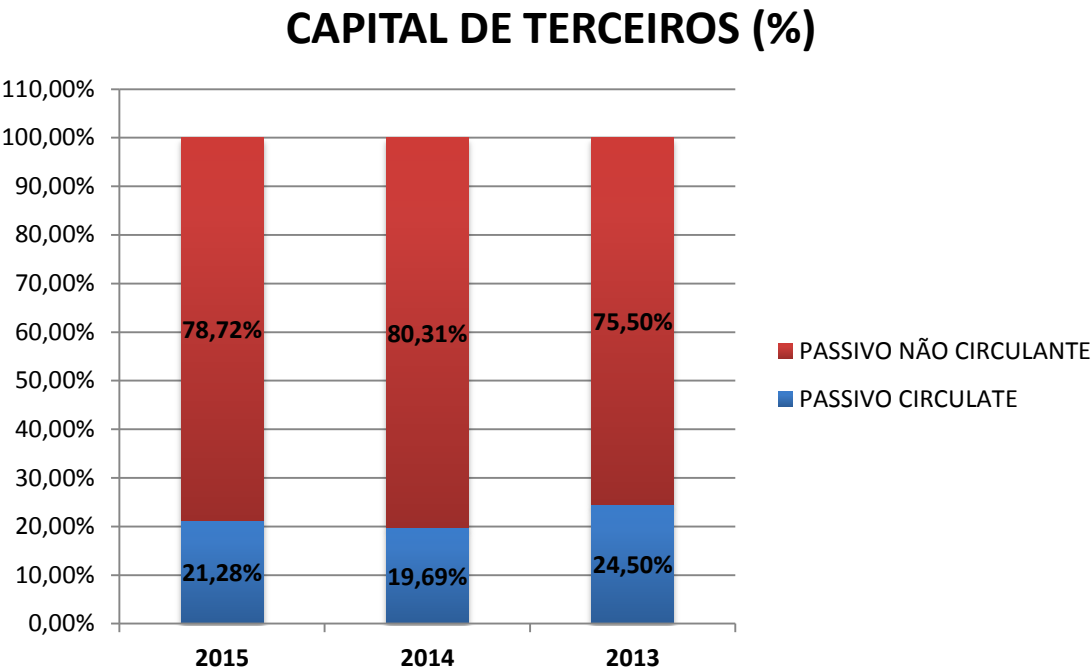
10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**b. estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas:**

A Companhia possui uma estrutura de capital com baixa dependência de capitais de terceiros. O percentual de capital de terceiros tem se mantido em valores abaixo de 40% do capital.



Observando o percentual capital de terceiros no curto prazo (passivo circulante) constata-se que estas obrigações vem se mantendo em níveis abaixo de 25% Passivo Total nos três últimos exercícios, demonstrando a alocação preponderante das obrigações no longo prazo.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais



As obrigações da Companhia, no curto e longo prazo, estão detalhadas abaixo:

PASSIVO

Circulante	2015	2014	2013
Fornecedores	4.742	8.332	6.631
Folha de pagamento	4.824	5.198	4.164
Obrigações estimadas - folha de pagamento	5.758	11.495	10.990
Tributos e contribuições sociais	4.426	4.605	4.179

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Imposto de renda e contribuição social a recolher	78	3.485	-
Dividendos e juros sobre capital próprio	3.716	87	1.509
Entidade de previdência a empregados	16.833	22.114	20.980
Empréstimos e financiamentos	6.549	2.959	-
Taxas regulamentares	5.637	7.480	9.529
Encargos de uso da rede elétrica	200	172	177
Depósitos vinculados	7.178	8.325	19.803
Outros	10.299	7.178	14.862
	70.240	81.430	92.824

Não Circulante**Exigível a longo prazo**

Empréstimos e financiamentos	90.453	100.190	67.815
Entidade de previdência a empregados	7.827	54.871	28.716
Imposto de renda e contribuição social diferidos	108.810	97.646	119.625
Tributos e contribuições sociais	-	37	126
Taxas regulamentares	769	769	769
Provisão para custos socioambientais	-	10.238	17.825
Provisão para riscos trabalhistas, cíveis e tributários	43.247	52.279	34.971
Outras obrigações	16.202	16.202	16.202
	267.308	332.232	286.049

PATRIMÔNIO LÍQUIDO

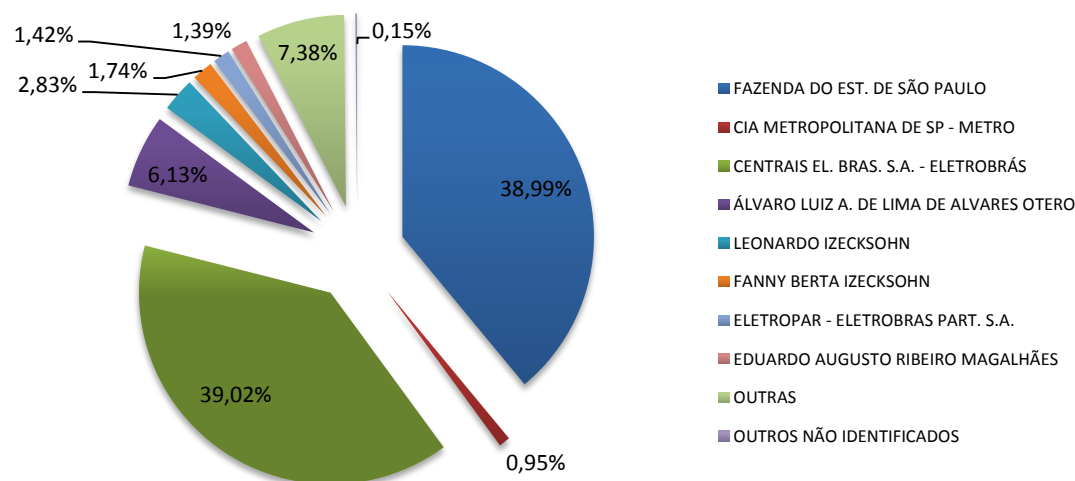
Capital social	285.411	285.411	285.411
Reservas de capital	387.130	387.130	387.130

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Outros resultados abrangentes	40.878	16.886	57.570
Reservas de lucros	47.288	-	18.290
Dividendo adicional proposto			4.270
Lucros (prejuízos) acumulados	-	-8.873	-
	760.707	680.554	752.671
PASSIVO + PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1.098.255	1.094.219	1.131.544

O capital social integralizado de R\$ 285.411 mil está dividido em 14.705.370 ações ordinárias e 22.241.714 ações preferenciais de classe única. O capital social pode ser aumentado, conforme Estatuto social aprovado na Assembleia Geral Extraordinária de 29 de abril de 2011, até o limite máximo de R\$ 1.116.050 mil, mediante deliberação do Conselho de Administração e ouvindo-se antes o Conselho Fiscal.

Os principais acionistas em 31 de dezembro de 2015 eram:



10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

O preço por ação da Empresa no fechamento do mês de dezembro de 2015 foi de R\$ 4,19.

i. hipóteses de resgate

Não há possibilidade de resgates de ações de emissão da Companhia além das legalmente previstas.

ii. fórmula de cálculo do valor de resgate

Não aplicável.

c. capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

A Empresa possui condições financeiras e patrimoniais adequadas e suficientes para honrar suas obrigações de curto e longo prazo, conforme pode se verificar nos índices financeiros de desempenho obtidos das demonstrações financeiras consolidadas apresentadas no quadro a seguir, os quais demonstram folga no disponível que possibilita a liquidação de suas obrigações.

LIQUIDEZ

	2015	2014	2013
Liquidez Corrente – LC	2,62	2,43	2,64
LC = (Ativo Circulante) / (Passivo Circulante)			
Liquidez Seca – LS	2,58	2,40	2,61
LS = (Ativo Circulante-Estoque) / (Passivo Circulante)			
Liquidez Imediata – LI	0,71	0,26	0,87
LI = (Disponível) / (Passivo Circulante)			
Liquidez Geral – LG	3,25	2,65	3,96
LG = (Ativo Circulante + RLP) / (Exigível LP)			

A EMAE tem sua dívida concentrada em longo prazo. Possui um contrato firmado entre sua subsidiária integral e o BNDES para financiar a implantação da PCH Pirapora, com amortização pela operação do próprio empreendimento. Como dívida de empréstimos e financiamento, possui somente o contrato de reserva matemática com o fundo previdenciário administrado pela Fundação CESP, cujo montante é inferior à somatória das disponibilidades e depósitos vinculados.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

	Saldo (R\$ mil) 31/12/2015	Vencimento
BNDES	97.002	set/2030
FUNDAÇÃO CESP	24.660	mar/2020

d. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

Nos três últimos exercícios a Companhia não realizou nenhuma outra operação de crédito para financiamento de capital de giro ou investimento em ativos, financiando as suas operações com recursos próprios.

e. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

A Companhia não vislumbra necessidade de financiar suas operações mediante capital de terceiros, no entanto, em uma eventual necessidade, a Companhia poderá acessar o mercado buscando a melhor alternativa que se enquadre em suas expectativas de custos e prazos. No passado a Companhia já acessou o mercado por meio de Fundo de Investimento em Direitos Creditórios e Emissão de Notas Promissórias.

f. níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:**i. contratos de empréstimo e financiamento relevantes**

A tabela a seguir demonstra o saldo devedor dos compromissos financeiros da Empresa em 31/12/2013, 31/12/2014 e 31/12/2015 em R\$ mil:

DESCRIÇÃO	2015	2014	2013	ENCARGOS
FUNDAÇÃO CESP - Benefício Suplementar Proporcional Saldado	24.660	76.985	49.696	IGP-DI + 5% a.a.
BNDES - Contrato de Financiamento da PCH Pirapora para Pirapora Energia S.A.(1)	97.002	103.149	267.815	TJLP + 1,9% a.a.

(1) Contrato firmado entre a Pirapora Energia S.A., subsidiária da EMAE, e o BNDES com linha de crédito de R\$ 98.017.000,00

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**ii. outras relações de longo prazo com instituições financeiras**

Não há outras relações

iii. grau de subordinação entre as dívidas

No eventual concurso universal de credores será obedecida a seguinte ordem:

- 1- Contrato Financiamento da PCH Pirapora – BNDES para Pirapora Energia;
- 2- Fundação CESP – Benefício Suplementar Proporcional Saldado.

iv. eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário

Fundação CESP - Benefício Suplementar Proporcional Saldado

Restrições quanto a:	Restrição
Limites de Endividamento e contratação de novas dívidas:	Não há.
Distribuição de Dividendos:	Não há.
Alienação de Ativos:	Não há.
Emissão de novos valores mobiliários	Não há.
Alienação de Controle Societário	Não há.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**BNDES e Pirapora Energia S.A.****Contrato de Financiamento mediante abertura de Crédito no valor de R\$ 98.017 mil***Garantias da operação*

Contratos de venda de energia, arrendamento da UTE Piratininga (garantia liberada em janeiro de 2015 com a entrada em operação da usina), direitos emergentes da Resolução nº 1.429 da ANEEL, totalidade das ações e respectivos direitos de subscrição de emissão da Pirapora Energia S.A., contas bancárias da Pirapora Energia: manter para assegurar o pagamento de quaisquer obrigações decorrentes do Contrato.

Restrições quanto a:**Restrição**

Alienação de Controle Societário pela EMAE

Sim

Vencimento antecipado do Contrato Aplicação dos recursos do financiamento em finalidade diversa da prevista na implantação da PCH Pirapora.

Sim

Constituição de penhor ou gravames, sem prévia autorização do BNDES, sobre as garantias da operação a outros credores.

Sim

Incluir em acordo societário, estatuto ou contrato social da Pirapora Energia S.A. restrições a sua capacidade de crescimento ou ao desenvolvimento tecnológico, ao acesso a novos mercados e à capacidade de pagamento das obrigações financeiras com o BNDES.

Sim

g. limites de utilização dos financiamentos já contratados

Os percentuais amortizados e liberados dos contratos vigentes estão apresentados na tabela abaixo:

AMORTIZAÇÃO	2015	2014	2013
FUNDAÇÃO CESP - Benefício Suplementar Proporcional Saldado	90,7%	87,6%	84,9%
BNDES - Contrato de Financiamento da PCH Pirapora para Pirapora Energia S.A.	7,9%	1.6%	-
LIBERADO			
BNDES - Contrato de Financiamento da PCH Pirapora para Pirapora Energia S.A.	-	100,0%	69,2%

10. Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

As tabelas abaixo refletem informações extraídas das contas patrimoniais e demonstrações de resultado consolidados da Companhia para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2015, 2014 e 2013, com análises verticais e horizontais e comentários sobre as variações mais relevantes.

ATIVO	2015			2014			2013	
	R\$ MIL	V%	H%	R\$ MIL	V%	H%	R\$ MIL	V%
CIRCULANTE								
Caixa e equivalentes de caixa	50.145	4,57%	133,77%	21.451	1,96%	-73,42%	80.708	7,13%
Revendedores	16.337	1,49%	47,85%	11.050	1,01%	-36,77%	17.477	1,54%
Consumidores	846	0,08%	-45,77%	1.560	0,14%	4,56%	1.492	0,13%
Serviços - Canal Pinheiros	8.115	0,74%	-1,18%	8.212	0,75%	-62,34%	21.803	1,93%
Alienação de bens e direitos	835	0,08%	-86,16%	6.035	0,55%	835,66%	645	0,06%
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	2.784	0,25%	-	-	-	-	14.008	1,24%
Tributos e contribuições sociais compensáveis	1.712	0,16%	13,23%	1.512	0,14%	5,15%	1.438	0,13%
Estoque	2.099	0,19%	-1,96%	2.141	0,20%	3,28%	2.073	0,18%
Despesas antecipadas	236	0,02%	25,53%	188	0,02%	86,14%	101	0,01%
Arrendamento UTE Piratininga	75.623	6,89%	5,05%	71.990	6,58%	67,94%	42.866	3,79%
Outros créditos	11.951	1,09%	18,06%	10.123	0,93%	-72,43%	36.723	3,25%
Cauções e depósitos vinculados	13.033	1,19%	-79,52%	63.641	5,82%	151,60%	25.295	2,24%
	183.716	16,73%	-7,17%	197.903	18,09%	-19,10%	244.629	21,62%
NÃO CIRCULANTE								
	R\$ MIL	V%	H%	R\$ MIL	V%	H%	R\$ MIL	V%
Realizável a longo prazo								
Arrendamento UTE Piratininga	404.984	36,88%	3,06%	392.959	35,91%	-9,09%	432.236	38,20%
Cauções e depósitos vinculados	13.879	1,26%	47,65%	9.400	0,86%	10,12%	8.536	0,75%
Ativo financeiro indenizáveis	40.716	3,71%	38,82%	29.330	2,68%	-44,21%	52.574	4,65%
Ativo reversível da concessão	275.273	25,06%	0,33%	274.378	25,08%	-7,37%	296.216	26,18%
Investimentos	1.390	0,13%	0,00%	1.390	0,13%	0,00%	1.390	0,12%
Imobilizado	176.037	16,03%	-6,52%	188.311	17,21%	97,06%	95.560	8,45%
Intangível	2.260	0,21%	312,41%	548	0,05%	35,98%	403	0,04%
	914.539	83,27%	2,03%	896.316	81,91%	1,06%	886.915	78,38%
TOTAL DO ATIVO	1.098.255	100,00%	0,37%	1.094.219	100,00%	-3,30%	1.131.544	100,00%

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Em 2015, o Ativo sofreu um pequeno aumento (0,37%) em relação a 2014. As contas do Ativo Circulante, em 2015, apresentaram uma redução de 7,17% (R\$ 14,2 milhões) em comparação a 2014. A conta que sofreu a maior redução em termos de valores foi a conta de Cauções e Depósitos Vinculados R\$ 50,6 milhões (-79,52%). Em decorrência da liberação da retenção de Garantia Contratual junto ao BNDES, ocorrida em fevereiro de 2015. Como consequência, em um dos eventos mencionados, verifica-se um aumento do caixa e equivalentes de caixa no montante de R\$ 28,6 milhões.

Cauções e Depósitos Vinculados

Ativo Circulante	2015	2014	2013
Depósitos vinculados	13.033	63.641	25.295

A diminuição de 19,1% ou R\$ 46,7 milhões, de 31 de dezembro de 2013 para 31 de dezembro de 2014, no caixa e equivalentes é decorrente, principalmente, do aporte de capital efetuado na Pirapora Energia S.A. Salienta-se que a redução da disponibilidade de caixa decorreu da retenção de garantia contratual relativa ao contrato com o BNDES, conforme comentado.

Nas contas de bens e direitos realizáveis a longo prazo (Ativo Não Circulante), houve aumento de 2,0% (R\$ 18,2 milhões) em relação a 2014, destaque para a conta de Cauções e Depósitos Vinculados (47,6% ou R\$ 4,5 milhões), Ativos Indenizáveis (38,8% ou R\$ 11,4 milhões) e Arrendamento UTE Piratininga (3,1% ou 12,0 milhões). O aumento na conta Cauções e Depósitos Vinculados se deu pelos depósitos judiciais realizados devido a processos cíveis e trabalhistas em ações nas quais a EMAE questiona a legitimidade dos pleitos. Estes depósitos aconteceram por estratégia da Companhia ou por decisão judicial.

Cauções e Depósitos Vinculados

Ativo Não circulante	2015	2014	2013
Depósitos judiciais	13.879	9.400	8.536

A conta de Ativos Indenizáveis sofreu aumento devido adição de investimentos nas usinas sob concessão da Companhia. Esses investimentos objetivam manter, ou ainda, aumentar a qualidade dos serviços prestados e a

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Companhia entende que será indenizada por esses investimentos pela ANEEL no próximo reajuste. Nessa conta houve ainda a reavaliação de alguns projetos de investimentos. A Administração entendeu que estes não atendem aos novos critérios da ANEEL para indenização e decidiu realizar a baixa desses ativos.

Movimentação do Ativo Financeiro Indenizável	2015	2014	2013
Saldo anterior	29.330	52.574	42.711
Adições	22.756	6.042	9.863
Baixas	-11.370	-29.286	-
	40.716	29.330	52.574

Em 2014, comparado com 2013, verifica-se um aumento de 1,1% ou R\$ 9,4 milhões devido ao aumento ocorrido no imobilizado pela realização de investimentos no empreendimento PCH Pirapora, cujo término das obras ocorreu em dezembro de 2014.

PASSIVO								
10.1 - Condições financeiras patrimoniais								
	2015			2014			2013	
	R\$ MIL	V%	H%	R\$ MIL	V%	H%	R\$ MIL	V%
Circulante								
Fornecedores	4.742	0,43%	-43,09%	8.332	0,76%	25,65%	6.631	0,59%
Folha de pagamento	4.824	0,44%	-7,20%	5.198	0,48%	24,83%	4.164	0,37%
Obrigações estimadas - folha de pagamento	5.758	0,52%	-49,91%	11.495	1,05%	4,60%	10.990	0,97%
Tributos e contribuições sociais	4.426	0,40%	-3,89%	4.605	0,42%	10,19%	4.179	0,37%
Imposto de renda e contribuição social a recolher	78	0,01%	-97,76%	3.485	0,32%	-	-	-
Dividendos e juros sobre capital próprio	3.716	0,34%	4171,26%	87	0,01%	-94,23%	1.509	0,13%
Entidade de previdência a empregados	16.833	1,53%	-23,88%	22.114	2,02%	5,41%	20.980	1,85%
Empréstimos e financiamentos	6.549	0,60%	121,32	2.959	0,27%	-	-	-
Taxas regulamentares	5.637	0,51%	-24,64%	7.480	0,68%	-21,50%	9.529	0,84%
Encargos de uso da rede elétrica	200	0,02%	16,28%	172	0,02%	-2,82%	177	0,02%
Depósitos vinculados	7.178	0,65 %	-13,78%	8.325	0,76%	-57,96%	19.803	1,75%
Outros	10.299	0,94%	43,48%	7.178	0,66%	-51,70%	14.862	1,31%
	70.240	6,40%	-13,74%	81.430	7,44%	-12,27%	92.824	8,20%
Não Circulante								
Exigível a longo prazo								
	R\$ MIL	V%	H%	R\$ MIL	V%	H%	R\$ MIL	V%
Empréstimos e financiamentos	90.453	8,24%	-9,72%	100.190	9,16%	47,74%	67.815	5,99%
Entidade de previdência a empregados	7.827	0,71%	-85,74%	54.871	5,01%	91,08%	28.716	2,54%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	108.810	9,91%	11,43%	97.649	8,92%	-18,37%	119.625	10,577%
Tributos e contribuições sociais	-	-	-	37	0,00%	-70,63%	126	0,01%
Taxas regulamentares	769	0,07%	0,00%	769	0,07%	0,00%	769	0,07%
Provisão para custos socioambientais	-	-	-	10.238	0,94%	-42,56%	17.825	1,58%
Provisão para riscos trabalhistas, cíveis e tributários	43.247	3,94%	-17,28%	52.279	4,78%	49,49%	34.971	3,09%
Outras obrigações	16.202	1,48%	0,00%	16.202	1,48%	0,00%	16.202	1,43%
	267.308	24,34%	-19,54%	332.235	30,36%	16,15%	286.049	25,28%
PATRIMÔNIO LÍQUIDO								
	R\$ MIL	V%	H%	R\$ MIL	V%	H%	R\$ MIL	V%
Capital social	285.411	25,99%	0,00%	285.411	26,08%	0,00%	285.411	25,22%
Reservas de capital	387.130	35,25%	0,00%	387.130	35,38%	0,00%	387.130	34,21%
Outros resultados abrangentes	40.878	3,72%	142,08%	16.886	1,54%	1494,52%	57.570	5,08%
Reservas de lucros	47.288	4,31%	-	-	-	-	18.290	1,61%
Dividendo adicional proposto							4.270	0,38%
Lucros (prejuízos) acumulados	-	-	-	-8.873	-0,81%	-	-	-
	760.707	69,27%	11,78%	680.554	62,20%	1,03%	752.671	66,52%
	1.098.255	100,00%	0,37%	1.094.216	100,00%	3,97%	1.131.544	100,00%

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

O Passivo Circulante apresentou redução de 13,7% ou R\$ 11,2 milhões em 2015, comparado com 2014, principalmente pela desmobilização do quadro de pessoal e seus reflexos, entre eles na conta de previdência a empregados (-23,88%) e também pela redução das obrigações na conta de fornecedores (-43,09%). A diminuição de 12,3%, ou R\$ 11,4 milhões, de 2013 para 2014, decorreu, principalmente, da realização de serviços e de convênios que foram executados com recursos do Governo do Estado.

O Passivo Não Circulante de 2014 para 2015 foi reduzido em 19,5%, ou R\$ 64,9 milhões, devido à amortização da conta de empréstimos e financiamentos, Entidade de Previdência a Empregados e baixa de provisões sócio ambientais proveniente dos testes do sistema de melhoria das águas pela Execução da Retirada do Lodo do Rio Pinheiros. O aumento de 16,1% ou R\$ 46,2 milhões, de 2013 para 2014, decorreu da mudança no cenário macroeconômico, com inflexão na tendência da taxa de juros (elevação), impactando a avaliação atuarial do plano de aposentadoria, além do aumento no saldo em empréstimos e financiamentos em razão da liberação pelo BNDES das parcelas para a obra de implantação da PCH Pirapora.

O Patrimônio Líquido de 2015 comparado a 2014 aumentou 11,8%, ou R\$ 80,2 milhões em decorrência de acréscimo na conta de Outros Resultados Abrangentes (ORA) advindo das operações com Entidade de Previdência Privada dos Empregados. Em 2014, apresentou diminuição de 9,6% ou R\$ 72,1 milhões, comparado com 2013, principalmente em função do reflexo em Outros Resultados Abrangentes com o aumento na taxa de desconto (atrelada à taxa de juros) utilizada na avaliação atuarial do plano de previdência e também pelo resultado do exercício que foi impactado pelo acréscimo nas provisões operacionais e pelo lucro fiscal.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO PARA O EXERCÍCIO**

	2015			2014			2013
	R\$ MIL	V%	H%	R\$ MIL	V%	H%	R\$ MIL
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	198.444	100,00%	31,33%	151.102	100,00%	-25,45%	202.697
CUSTO DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA	-162.943	-82,11%	3,21%	-157.878	-104,48%	-12,73%	-180.917
(PREJUÍZO) LUCRO OPERACIONAL BRUTO	35.501	17,89%	-623,92%	-6.776	-4,48%	-131,11%	21.780
Despesas Operacionais							
Despesas gerais e administrativas	-44.981	-22,67%	6,09%	-42.399	-28,06%	-5,31%	-44.775
Outras receitas e despesas	-11.455	-5,77%	-70,25%	-38.510	-25,49%	-715,77%	-13.143
Equivalência Patrimonial em controlada	-	-	-	-	-	-	
	-56.436	-28,44%	-30,25%	-80.909	-53,55%	110,04%	-57.918
(PREJUÍZO) LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	-20.935	-10,55%	-76,12%	-87.685	-58,03%	423,77%	-36.138
RESULTADO FINANCEIRO							
Receitas	33.176	16,72%	-13,53%	38.369	25,39%	-3,08%	39.590
Despesas	-10.250	-5,17%	424,30%	-1.955	-1,29%	17,84%	-1.659
Variações monetárias líquidas	64.103	32,30%	86,55%	34.362	22,74%	57,73%	41.183
	87.029	43,86%	22,96%	70.776	46,84%	18,52%	79.114
(PREJUÍZO) LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	66.094	33,31%	-490,88%	-16.909	-11,19%	-139,35%	42.976
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL							
Correntes	-7.501	-3,78%	-33,45%	-11.271	-7,46%	2318,67%	-466
Diferidos	1.197	0,60%	17,70%	1.017	0,67%	-303,81%	-499
(PREJUÍZO) LUCRO DO EXERCÍCIO	59.790	30,13%	-320,12%	-27.163	-17,98%	-164,66%	42.011

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

No exercício 2015, a EMAE apresentou um lucro líquido de R\$ 59,7 milhões em contraposição a um prejuízo de R\$ 27,1 milhões no exercício anterior. A reversão no resultado deveu-se, principalmente, a um aumento de 31,3% na receita operacional líquida, impactada positivamente pelo aumento de 12,1% na receita proveniente das cotas de energia elétrica, que variou de R\$ 123,9 milhões em 2014 para R\$ 138,8 milhões em 2015 e pelo acréscimo de R\$ 28,6 milhões na receita de suprimento de energia – leilão.

RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	2015	2014	2013
RECEITA OPERACIONAL			
Fornecimento de energia	14.268	20.843	19.294
Cotas de energia elétrica	138.780	123.875	117.360
Suprimento de energia - leilão	28.581	-	57.703
Energia de curto prazo - CCEE	3.255	6.220	3.605
Renda da prestação de serviços	12.989	16.579	21.874
Outras receitas	2.385	1.683	3.120
Receitas relativas à construção de ativos próprios	23.651	6.042	9.863
	223.909	175.242	232.819
DEDUÇÕES À RECEITA OPERACIONAL	-25.465	-24.140	-30.122
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	198.444	151.102	202.697

O resultado financeiro também contribuiu positivamente para o resultado, face o aumento de 23,0% verificado em relação ao exercício anterior, variando de R\$ 70,8 milhões em 2014 para R\$ 87,0 milhões em 2015 impactado, principalmente, pelas variações monetárias líquidas, notadamente relativas à atualização monetária do arrendamento da UTE Piratininga, parcialmente compensados pelo serviço da dívida de Piratininga.

RESULTADO FINANCEIRO

	2015	2014	2013
Receitas	33.176	38.369	39.590

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Despesas	-10.250	-1.955	-1.659
Variações Monetárias			
Atualização monetária UTE Piratininga	64.029	33.668	38.839
Outras variações monetárias	74	694	2.344
	64.103	34.362	41.183
	87.029	70.776	79.114

O lucro líquido do período permitiu a absorção de toda a reserva de prejuízos acumulados em exercícios anteriores, de R\$ 8,9 milhões, e retenção da reserva legal de 5%. Face à necessidade de preservação das disponibilidades da Companhia, visto que o resultado registrado foi fortemente influenciado pelo registro de resultados econômicos ainda não realizados no caixa da Companhia, a Administração propôs a constituição reserva de lucros a realizar no valor de R\$ 47,3 milhões e a distribuição de R\$ 3,6 milhões aos acionistas na forma de dividendos.

	2015
Resultado do exercício.....	59.790
(-) Prejuízos acumulados.....	(8.873)
(=) Lucro líquido do exercício.....	50.917
(-) Constituição de reserva legal (5%).....	2.546
(=) Lucro remanescente após a reserva.....	48.371
(-) Constituição de reserva de lucros a realizar.....	44.742
(=) Lucro realizado financeiramente.....	3.629

Em 2014, com o término do suprimento às comercializadoras de energia elétrica, houve um decréscimo de 25,4% na receita operacional líquida, que correspondeu a uma diminuição de 51,6 milhões comparativamente ao do exercício de 2013.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

O custo do serviço de energia elétrica diminuiu 12,7%, ou R\$ 23,0 milhões, de 2013 para 2014 principalmente em função do decréscimo na compra de energia para revenda em razão do término do suprimento às comercializadoras.

Ainda em 2013, com a melhora do cenário em razão das reestruturações efetivadas pela Administração para redução de custos, os testes de recuperabilidade reverteram as reduções efetuadas no ativo imobilizado em anos anteriores, resultando num lucro líquido do exercício de R\$ 42,0 milhões.

10.2. Resultado operacional e financeiro

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

a. resultados das operações do emissor, em especial:

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO PARA O EXERCÍCIO	2015			2014			2013
	R\$ MIL	V%	H%	R\$ MIL	V%	H%	R\$ MIL
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	198.444	100,00%	31,33%	151.102	100,00%	-25,45%	202.697
CUSTO DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA	-162.943	-82,11%	3,21%	-157.878	-104,48%	-12,73%	-180.917
(PREJUÍZO) LUCRO OPERACIONAL BRUTO	35.501	17,89%	-623,92%	-6.776	-4,48%	-131,11%	21.780
Despesas Operacionais							
Despesas gerais e administrativas	-44.981	-22,67%	6,09%	-42.399	-28,06%	-5,31%	-44.775
Outras receitas e despesas	-11.455	-5,77%	-70,25%	-38.510	-25,49%	-715,77%	-13.143
Equivalência Patrimonial em controlada	-	-	-	-	-	-	-
	-56.436	-28,44%	-30,25%	-80.909	-53,55%	110,04%	-57.918
(PREJUÍZO) LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	-20.935	-10,55%	-76,12%	-87.685	-58,03%	423,77%	-36.138
RESULTADO FINANCEIRO							
Receitas	33.176	16,72%	-13,53%	38.369	25,39%	-3,08%	39.590
Despesas	-10.250	-5,17%	424,30%	-1.955	-1,29%	17,84%	-1.659
Variações monetárias líquidas	64.103	32,30%	86,55%	34.362	22,74%	57,73%	41.183
	87.029	43,86%	22,96%	70.776	46,84%	18,52%	79.114
(PREJUÍZO) LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	66.094	33,31%	-490,88%	-16.909	-11,19%	-139,35%	42.976
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL							
Correntes	-7.501	-3,78%	-33,45%	-11.271	-7,46%	2318,67%	-466
Diferidos	1.197	0,60%	17,70%	1.017	0,67%	-303,81%	-499
(PREJUÍZO) LUCRO DO EXERCÍCIO	59.790	30,13%	-320,12%	-27.163	-17,98%	-164,66%	42.011

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro**i. descrição de quaisquer componentes importantes da receita**

RECEITA OPERACIONAL	2015	2014	2013
Fornecimento de energia	14.268	20.843	19.294
Cotas de energia elétrica	138.780	123.875	117.360
Suprimento de energia – leilão	28.581	-	57.703
Energia de curto prazo – CCEE	3.255	6.220	3.605
Renda da prestação de serviços	12.989	16.579	21.874
Outras receitas	2.385	1.683	3.120
Receitas relativas à construção de ativos próprios	23.651	6.042	9.863
	223.909	175.242	232.819

(ii) fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Em 2015:

- (i) Baixa de parte dos ativos financeiros indenizáveis, decorrente de reanálises efetuadas.
- (ii) Acréscimo de 12,0% na Receita com venda de energia (Cotas de energia elétrica)
- (iii) Operação de compra e venda de energia no mercado livre que resultou em um faturamento de R\$ 14,3 em 2015, face aos R\$ 20,8 milhões em 2014. Esta operação foi realizada para honrar contratos anteriores a MP 579.
- (iv) As reversões de contingências trabalhistas, cíveis e ambientais no montante de R\$ 17,6 milhões.
- (v) O resultado positivo obtido em 2015 pela subsidiária integral Pirapora Energia, em seu primeiro ano de atividade comercial que, por equivalência patrimonial, agregou R\$ 16,7 milhões ao lucro da EMAE.

Em 2014:

- (i) Provisões e reversões de contingências ambientais e cíveis.

Em 2013:

- (i) Reversão parcial de Impairment – CPC 01.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro**b. variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços**

Em 2015:

- (i) Reajuste estipulado no contrato aditivo da concessão. As Receitas com cotas de energia das usinas sofreram acréscimo de 12,0 %
- (ii) Com a entrada em operação da PCH Pirapora, subsidiária integral da EMAE, foi obtida uma receita de R\$ 28,5 milhões, proveniente da venda de 16 MW médios, no 10º Leilão de Energia Nova (A-5), promovido pela ANEEL no ACR em 30/7/2010.

Em 2014 e 2013:

- (i) Com o término do suprimento às comercializadoras de energia elétrica, ocorrido no final do exercício de 2013, houve um decréscimo de 25,4% em 2014 na receita operacional líquida a qual corresponde a uma diminuição de 51,6 milhões comparativamente ao do exercício de 2013.

Em 2014 e 2013:

- (i) O custo do serviço de energia elétrica diminuiu 12,71% ou R\$ 23,0 milhões de 2013 para 2014, principalmente em função do decréscimo na compra de energia para revenda em razão do término do suprimento às comercializadoras.

Em 2013:

- (i) Em 2013, com a melhora do cenário em razão das reestruturações efetivadas pela Administração para redução de custos, os testes de recuperabilidade reverteram as reduções efetuadas no ativo imobilizado em anos anteriores, resultando num lucro líquido do exercício de R\$ 42,0 milhões.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro**c. impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor**

- (i) A atualização do saldo do contrato de arrendamento da UTE Piratininga para a Baixada Santista Energia S.A. é registrada no resultado financeiro. Os contratos de longo prazo com fornecedores de bens e serviços, bem como de empréstimos e financiamentos, também são indexados para recomposição do equilíbrio econômico-financeiro, produzindo, como consequência, impacto no resultado operacional e financeiro.
- (ii) Elevação das Variações Monetárias em razão da variação do IGP-DI de 2015 ter sido muito superior à variação do exercício de 2014 (10,7% em 2015 contra 3,7% em 2014).
- (iii) O IGP-DI é o indexador do Contrato de Arrendamento da UTE Piratininga, maior ativo financeiro da EMAE, levando a um aumento no Resultado Financeiro de 2015, no valor de R\$ 87 milhões, (acréscimo de 32,3% em relação ao exercício de 2014).

10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs**10.3 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras****a. introdução ou alienação de segmento operacional**

Não houve

b. constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Em 2013, 2014 e 2015 não houve eventos dessa natureza.

c. eventos ou operações não usuais

Conforme divulgado em comunicados ao mercado datados de 15 de julho de 2015 e 25 de setembro de 2015, a Companhia informou sobre o processo de renovação da concessão da Usina Termelétrica Piratininga, para a qual a ANEEL recomendou ao Ministério de Minas e Energia (MME) a prorrogação da concessão, com a desvinculação de bens inservíveis, por um período de até 2 anos. A administração da Companhia está aguardando a manifestação do MME e envidando recursos e esforços na defesa dos direitos da Companhia.

Em 2013, ocorreram os impactos das modificações setoriais introduzidas pela Lei nº 12.783/2013 (conversão da MP nº 579).

Além dos itens acima mencionados, a Companhia não passou por outros eventos ou realizou operações não usuais com efeitos relevantes nas suas demonstrações financeiras.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases**10.4 - Mudanças práticas cont. / ressalvas e ênfase****a. mudanças significativas nas práticas contábeis**

No exercício findo em 31 de dezembro de 2015 não ocorreram mudanças nas práticas contábeis da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2014 foi aplicada a Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão em razão da prorrogação da concessão ocorrida em 2012 (Lei nº 12.876/2013). Em consequência, a Companhia efetuou ajustes nas Demonstrações Financeiras de 2013 para permitir adequada comparação com o exercício de 2014, reclassificando parcela do seu ativo imobilizado para o ativo reversível da concessão e o restante do ativo imobilizado para ativo financeiro da concessão.

Em dezembro de 2014 foi aprovada a Revisão 07 – Revisão de Pronunciamento Técnico que alterou o CPC 35, CPC 37 e o CPC 18 e autorizou a utilização da equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras separadas em IFRS, eliminando essa diferença entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e as IFRS.

Aplicação do CPC 33 (Revisão 1) referente a ganhos e perdas apurados na avaliação atuarial da Previdência Privada a Empregados, que passa a ser registrado no Patrimônio Líquido na rubrica Outros Resultados Abrangentes a partir de janeiro de 2013, deixando de ser registrado diretamente no resultado do exercício.

b. efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

No exercício de 2014, a aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) – Contrato de Concessão – acarretou significativa redução na despesa com depreciação em função de ativos imobilizados reversíveis terem sido vertidos para Ativo Financeiro Indenizável (R\$ 29 milhões) e Ativo Reversível da Concessão (R\$ 274 milhões). Assim, a Companhia ajustou as Demonstrações Financeiras de 2013, em conformidade com o CPC 23 – *Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro*, para permitir a adequada comparabilidade entre os exercícios.

No exercício de 2013 as demonstrações financeiras de 2012 foram ajustadas pela aplicação do CPC 33 (Revisão 1).

c. ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

Os Relatórios dos Auditores Independentes referentes aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, emitidos pela KPMG Auditores Independentes, e ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2013, emitido pela UHY Moreira – Auditores, não

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

contêm ressalvas, mas contêm ênfases cujas sínteses e respectivos comentários são apresentados a seguir:

Exercícios de 2015 e 2014**(i) Ativo financeiro da concessão**

A Companhia possui contabilizado ativo financeiro indenizável em conformidade com o ICPC 01 – Contratos de concessão, no montante de R\$ 40.716 mil em 31 de dezembro de 2015, que representa investimentos realizados em infraestrutura de geração de energia após 31 de dezembro de 2012 e estão abarcados pela nova regulamentação de concessões de geração de energia, a Lei 12.783 de 11 de janeiro de 2013. Conforme definido na legislação citada, os investimentos deverão ser recuperados a partir dos reajustes e revisões tarifárias para estabelecimento de nova Receita Anual de Geração. A Companhia avaliou que os investimentos foram realizados em caráter prudencial, porém estão sujeitos às aprovações da ANEEL e, conseqüentemente, eventuais ajustes poderão ser necessários.

Comentários: A Companhia encaminhou à ANEEL plano de investimentos em melhorias, para o período de 2013 a 2018, abrangendo empreendimentos já concluídos, em curso e a realizar.

Em junho de 2015 ocorreu o primeiro reajuste tarifário sob as condições do novo PRORET – Procedimentos de Regulação Tarifária, ocasião em que foram concedidas receitas adicionais dos investimentos concluídos e, também, receitas adicionais antecipadas de investimentos a realizar.

(ii) Ativo Reversível da concessão

A Companhia mantém contabilizado ativo reversível, excluindo-se os projetos básicos que já foram indenizados, identificados pela Administração da Companhia a serem indenizados pelo Poder Concedente, após fiscalização e definição dos valores com base no VNR pela ANEEL, nos termos do art. 2º do Decreto 7.850 de 30 de novembro de 2012 e Resolução Normativa nº 596 de 19 de dezembro de 2013. A Companhia apresentou para a ANEEL, em 04 de junho de 2014, a relação de investimentos e a documentação comprobatória referente aos investimentos a serem indenizados na ordem de R\$ 275.273 mil a valor líquido contábil sendo que, até o momento, não houve manifestação da ANEEL no tocante aos valores informados. Todavia, até a definição dos valores a serem homologados pela ANEEL, poderão ocorrer perdas que serão reconhecidas quando vierem ao conhecimento da Companhia.

Comentários: Conforme mencionado acima, a Companhia efetuou todos os procedimentos previstos na legislação para recebimento do

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

valor da indenização. Ressalta-se que a ANEEL tem utilizado o Valor Novo de Reposição como base para apurar o valor indenizável dos ativos. No momento a Companhia está aguardando a manifestação da ANEEL.

Exercícios de 2013**(i) Avaliação do investimento em controlada pelo método de equivalência patrimonial (2013)**

As demonstrações contábeis individuais apresentam a avaliação do investimento em controlada pelo método da equivalência patrimonial, de acordo com a legislação societária brasileira vigente. Dessa forma, essas demonstrações financeiras individuais não são consideradas como estando em conformidade com as IFRSs, que exigem a avaliação desses investimentos nas demonstrações separadas da controladora pelo seu valor justo ou pelo custo.

Comentários: A Companhia adotou os procedimentos previstos na Lei 6404/76 para o registro da equivalência patrimonial. Conforme acima exposto (item 10.4 a), a Revisão nº 07 - Revisão de Pronunciamentos Técnicos emitida em dezembro de 2014 eliminou essa diferença entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e as IFRS.

(ii) Continuidade normal das operações (2013)

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas para empresas em regime normal de operações e não incluem nenhum ajuste relativo à realização e classificação dos valores de ativos ou quanto aos valores e à classificação de passivos que poderiam ser requeridos no caso de eventual paralisação das operações.

Comentários: A EMAE continuamente vem aprimorando seus recursos e processos com vistas a obter redução nos custos empresariais e uma gestão por unidades estratégicas de negócios, que resultem no equilíbrio e continuidade de suas operações e na justa remuneração dos investimentos.

(iii) Prorrogação da concessão (2013)

A EMAE, abarcada pelas mudanças introduzidas no modelo setorial a partir da MP nº 579, que afetou todas as empresas com prazo final de concessão até 2017, celebrou com a União, em 04 de dezembro de 2012, o segundo termo aditivo ao contrato de concessão nº 002/2004-ANEEL, prorrogando até 30 de novembro de 2042 as

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

concessões das Usinas Hidrelétricas (UHEs) Rasgão, Henry Borden e Porto Góes.

Comentários: A EMAE realizou estudos que indicaram a viabilidade de aderir ao novo regramento, aprovado pela AGE de Nov/2012.

(iv) Ajustes após adoção do CPC 33-R1 (2013)

A partir das demonstrações financeiras do exercício de 2013, com efeito retrospectivo, os ganhos e perdas atuariais que anteriormente impactavam imediatamente no resultado passaram a ser registrados diretamente no Patrimônio Líquido na rubrica Outros Resultados Abrangentes. De acordo com o CPC 23, os saldos anteriormente divulgados foram reapresentados como se a nova política contábil tivesse sempre sido aplicada, ressaltando que os impactos dos ajustes no exercício de 2012 são para fins de comparabilidade, não havendo efeito nos atos societários já aprovados.

Comentários: A Companhia efetuou o registro dos ganhos e perdas atuariais de acordo com o determinado na CPC 33 (R1) e com o requerido no CPC 23..

(v) Redução ao valor recuperável de ativos (2013)

A EMAE, em decorrência de reestruturação realizada, com impacto na redução de custos e consequente melhora no fluxo de caixa esperado para os próximos anos, além das variações exógenas com impacto na taxa de desconto a ser utilizada, realizou, por meio de consultoria especializada, estudos para avaliar a capacidade de recuperação de seus ativos.

Comentários: Apenas reproduz Nota Explicativa divulgada no exercício 2013.

(vi) Provisão para custos socioambientais (2013)

A EMAE mantém provisão de R\$ 17.825 mil, constituída com base em estimativa provável dos desembolsos futuros, decorrentes de compromissos assumidos em TAC'S – Termos de Ajustamento de Conduta, com o Ministério Público de São Paulo, voltados para operação e monitoramento do processo de melhoria da qualidade das águas do sistema Pinheiros-Billings, bem como desenvolvimento de EIA-RIMA.

Comentários: Apenas reproduz a Nota Explicativa do exercício de 2013. Salienta-se que em 2014 a Companhia iniciou os serviços para retirada do lodo, objeto dos compromissos assumidos, os quais foram concluídos em 2015.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases**(vii) Transações com partes relacionadas (2013)**

A EMAE possui transações com partes relacionadas, decorrentes de operações de cessão de direitos creditícios e compartilhamento de instalações com empresas do mesmo conglomerado econômico-financeiro. Consequentemente, os resultados de suas operações poderiam ser diferentes daqueles que seriam obtidos em transações efetuadas em condições normais de mercado.

Comentários: A operação de cessão de direitos creditícios, efetuada em condições normais de mercado, foi anuída pela ANEEL e liquidada em 04 de setembro de 2013. Em relação ao compartilhamento de instalações, esta transação, além de ampliar a receita permite diminuir os custos de manutenção da sede.

(viii) Medida provisória nº 627/2013 (2013)

A Medida provisória 627 revoga o Regime Tributário de Transição (RTT) a partir de 2015, com a introdução de novo regime tributário, altera o Decreto Lei nº 1598/77 pertinente ao cálculo do imposto de renda de pessoa jurídica e a legislação sobre a contribuição social sobre o lucro líquido. O novo regime passa a vigorar a partir de 2014, caso a entidade exerça tal opção. Com base em estudos internos efetuados, a EMAE concluiu que a aplicação da Medida Provisória não resulta em efeitos relevantes em suas operações, mas aguarda as emendas para sua possível conversão em Lei, que pode resultar em alteração dessa conclusão, para optar ou não pela sua adoção antecipada no exercício de 2014.

Comentários: apenas reproduz a Nota Explicativa nº 42 divulgada em 2013, que se refere a eventos subsequentes.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

10.5 - Políticas contábeis críticas adotadas pela EMAE.

A expressão dos dados mais representativos das Demonstrações Financeiras são apurados e registrados com base em preços, índices de atualização e taxas de juros.

Na preparação das Demonstrações Financeiras a Administração utiliza julgamentos, estimativas e premissas na aplicação das políticas contábeis e, conseqüentemente na determinação dos valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os valores efetivamente realizados em períodos subsequentes podem divergir dessas estimativas realizadas, em função novos eventos ocorridos ou informações disponibilizadas após a data da elaboração das estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua e, à medida que novos fatos estejam disponíveis, os valores das estimativas são recalculados. Os impactos dessas revisões são reconhecidos prospectivamente.

As informações sobre os principais julgamentos e estimativas realizados na aplicação das políticas contábeis, as quais têm efeitos significativos sobre determinados valores reconhecidos nas demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, estão apresentadas a seguir:

Arrendamento mercantil:

A Companhia possui um contrato de arrendamento para terceiros, celebrado em 27 de abril de 2007, o qual foi classificado como arrendamento mercantil financeiro em razão de transferir substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade legal para a arrendatária. Os recebimentos do arrendamento mercantil são tratados como amortização de capital e receita financeira.

Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A Companhia realiza análises de seus valores a receber em bases periódicas e constitui, quando necessário, provisões para créditos de liquidação duvidosa quando há evidências de que o crédito poderá não ser realizado.

Imposto de renda e contribuição social correntes

O imposto de renda e a contribuição social são registrados pela Companhia, observando-se as disposições aplicáveis quanto à inclusão de despesas não dedutíveis e exclusão de receitas não tributáveis, consideração de diferenças intertemporais e existência de prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social acumulados.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas**Ativo financeiro indenizável**

Conforme previsto na cláusula 7ª, subcláusula 2ª do segundo termo aditivo ao contrato de concessão nº 02/2004 – ANEEL, a Companhia tem direito ao recebimento de investimentos realizados após a renovação da concessão, ocorrida em 2012.

Dessa forma, a Companhia tem registrado ativos financeiros indenizáveis correspondentes aos investimentos realizados pela Companhia no seu parque gerador após 31/12/2012, os quais a Companhia entende terem sido realizados de forma prudente, conforme previsto na Resolução Normativa nº 642, de 16/12/2014. Uma parcela desses investimentos já foi incorporada na RAG homologada de julho de 2015.

Ativo reversível da concessão

A renovação das concessões das usinas de Rasgão, Henry Borden e Porto Góes ocorreram em 4/12/2012. De acordo com a Lei 12.783, por ocasião da renovação da concessão, os ativos da concessão devem ser revertidos para a União, mediante indenização. Dessa forma, em 31/12/2015, o custo histórico destes ativos, quando estavam classificados no ativo imobilizado, foi transferido para a rubrica ativo reversível da concessão.

Até 31/12/2015, o valor da indenização estava em processo de definição pelo Poder Concedente. Conforme o Decreto 7.850 de 2013, a indenização será determinada através de fiscalização para determinar os ativos indenizáveis e apuração do VNR (valor novo de reposição) desses ativos

Entidade de previdência privada

A obrigação líquida da Companhia dos planos de benefício definido é calculada individualmente para cada plano através da estimativa do valor do benefício futuro que os empregados receberão como retorno pelos serviços prestados no período atual e em períodos anteriores. Esse benefício é descontado a valor presente para determinar a obrigação da Companhia na data do encerramento de cada exercício. Quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e os valores justos de quaisquer ativos do plano são deduzidos.

Remensurações da obrigação líquida de benefício definido, que incluem: ganhos e perdas atuariais, o retorno dos ativos do plano (excluindo juros) e o efeito do teto do ativo (se houver, excluindo juros), são reconhecidos imediatamente em outros resultados

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

abrangentes. Juros líquidos e outras despesas relacionadas aos planos de benefícios definidos são reconhecidos em resultado

Essa estimativa da obrigação líquida da Companhia é atualizada anualmente com base em estudo elaborado por atuário.

Provisão para riscos trabalhistas, cíveis e tributários

A Companhia e sua controlada são parte em processos judiciais e administrativos. Esses processos são avaliados periodicamente pela Administração e seus consultores legais. Provisões são constituídas para todos os processos judiciais para em que é provável ocorrer uma saída de recursos para liquidar a contingência ou obrigação e uma estimativa razoável desse valor possa ser feita.

10. Comentários dos diretores / 10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs

10.6. Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando

a. os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como:

- i. **arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos**
- ii. **carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos**
- iii. **contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços**
- iv. **contratos de construção não terminada**
- v. **contratos de recebimentos futuros de financiamentos**

Não há itens relevantes que não tenham sido declarados nas demonstrações financeiras.

b. outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não há itens relevantes que não tenham sido declarados nas demonstrações financeiras.

10. Comentários dos diretores / 10.7 - Coment. s/itens não evidenciados

10.7. Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.6, os diretores devem comentar:

- a. como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor**
- b. natureza e o propósito da operação**
- c. natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação**

Não itens relevantes que não tenham sido declaradas nas demonstrações financeiras.

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios**10.8. Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:****a. investimentos, incluindo:****i. descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos**

A EMAE investiu, no exercício, recursos próprios da ordem de R\$14,9 milhões com o objetivo de atender às necessidades de manutenção, segurança, confiabilidade e modernização das suas instalações de geração e estruturas hidráulicas.

Com a finalidade de manter as usinas em condições de atendimento aos índices de desempenho estipulados pelo Poder Concedente, a Companhia planeja investir R\$ 71,0 milhões até 2018. Esses investimentos compõem o "Plano de Investimentos Simplificado" e estão de acordo com o submódulo 12.4 do PRORET – Procedimentos de Regulação Tarifária emitido pela ANEEL.

ii. fontes de financiamento dos investimentos

Os investimentos da Controladora tem sido efetuados com recursos próprios nos últimos três exercícios. Os investimentos da Controlada Pirapora Energia S.A. foram financiados com recursos de empréstimo do BNDES.

Uma parcela dos montantes necessários para atender ao Plano de Investimento Simplificado já foi incorporado à Receita Anual de Geração – RAG. O restante deverá ser reconhecido na receita à medida que os investimentos forem realizados.

iii. desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Não houve desinvestimentos relevantes nos últimos 3 exercícios sociais e, no momento, não há previsão de desinvestimento.

b. desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

Não houve divulgação de aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que possam aumentar a capacidade produtiva da Companhia.

c. novos produtos e serviços, indicando:

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios**i. descrição das pesquisas em andamento já divulgadas**

A Companhia não investiu recursos para o desenvolvimento de novos produtos ou serviços especificamente. De acordo com as Resoluções da ANEEL, as empresas do setor de energia elétrica devem investir projetos que tragam inovações para enfrentar os desafios tecnológicos do setor elétrico, promovam o uso eficiente e racional da energia elétrica, associado às ações de combate ao desperdício.

Em 2015 foram concluídos dois projetos cooperados com outras Concessionárias: "Aperfeiçoamento do Processo de Contratação da Expansão do Parque Gerador" e "Modelo de Otimização do Despacho Hidrotérmico" e dada continuidade aos demais projetos cooperados: "Arranjos Técnicos e Comerciais para Inserção da Geração de Energia Elétrica a partir de Biogás Oriundo de Resíduos e Efluentes Líquidos na Matriz Energética Brasileira", "Desenvolvimento de Metodologia de Revisão Tarifária para Usinas Geradoras sob o Regime de Cotas - Aspectos de Regulação Econômica" e "Desenvolvimento de Metodologia de Revisão Tarifária para Usinas Geradoras sob o Regime de Cotas - Aspectos de Regulação em Engenharia" e ao projeto de autoria da Empresa "Desenvolvimento de Metodologia para Precificação do Espaço dos Reservatórios de Geração de Energia Elétrica para seu uso como Área de Servidão (Dutos)".

ii. montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Desde o início do programa até dezembro/2015, a Companhia destinou R\$ 7,12 milhões para o desenvolvimento de projetos de Pesquisa e Desenvolvimento, recursos esses aplicados em conformidade com o determinado pelas resoluções emitidas pela ANEEL.

iii. projetos em desenvolvimento já divulgados

A Companhia tem focado seus estudos para a expansão do seu parque gerador de energia, com foco nas Pequenas Centrais Hidroelétricas – PCHs e outras fontes alternativas ou renováveis. Em 2015 a EMAE realizou duas chamadas públicas como o objetivo de buscar parceiros para implantação de empreendimentos de geração térmica a gás natural em suas propriedades na capital e no município de Salto conforme segue:

- **PCH Edgard de Souza**

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

A Companhia entregou para a Aneel, em 21/08/2013, o estudo de viabilidade técnico-econômica para remotorização da PCH Edgard de Souza e aguarda desde então definição por parte do Poder Concedente sobre o destino a ser dado a esse aproveitamento. Desde 1982 essa instalação não possui unidade de geração, o que levou o Ministério de Minas e Energia – MME a não incluí-la na renovação da concessão ocorrida em 2012.

• Chamadas Públicas

A Companhia promoveu em 2015 a Chamada Pública nº 1, convidando interessados privados detentores de capital, direitos e projetos a manifestar o seu interesse na implantação e exploração de usina termoeletrica a gás natural em área de sua propriedade. Atenderam ao chamado 15 (quinze) empresas interessadas em estudar e analisar a oportunidade de negócio. Superadas as fases de análise das propostas apresentadas, foram selecionadas a avançar na formação de parceria com a EMAE as empresas AES Tietê e Siemens/Gasen. Em 31 de março de 2016, foram assinados memorandos de entendimentos com as empresas selecionadas para o desenvolvimento de projetos de construção, implantação e operação da(s) usina(s). Esses projetos devem dar forma ao futuro empreendimento, que pode chegar até 1.500 MW de potência.

Também em 2015, a Companhia promoveu a Chamada Pública nº2/2015 em busca de parceiros para a implantação e exploração de usina termoeletrica a gás natural em área de sua propriedade no município de Salto. O empreendimento deve ter potência instalada máxima de 10 MW, em uma área de aproximadamente 2.000m². Em outubro de 2015, a empresa COMPASS foi selecionada para a formação de parceria.

• Outros Estudos

A Companhia vem estudando a integração dos sistemas de navegação no rio Tietê com a geração de energia, de modo a otimizar integradamente as duas funções. Dentro desse trabalho, participou de estudos visando a inclusão da geração de energia elétrica no Aproveitamento Múltiplo de Anhembi, no rio Tietê, barragem essa inicialmente prevista somente para viabilizar a navegação.

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

iv. **montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços**

Não houve ainda recursos aplicados no desenvolvimento de novos produtos ou serviços.

10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante

10.9. Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção.

Não há outras informações a serem divulgadas.